

O ENSINO DE CONCORDÂNCIA: ALGUMAS SUGESTÕES

Helênio F. de Oliveira (UERJ e ABRAFIL)

1. Gramática e produção de textos

O ideal é que a gramática (escolar), no ensino da língua nacional, esteja voltada para a produção de textos. Em grande parte, ensinar a gramática do português a falantes de português é prepará-los para produzir textos pertencentes a gêneros textuais que “exijam” obediência a ela (sobre os objetivos do ensino da gramática e questões afins, ver OLIVEIRA, 2005, em que trato mais detalhadamente dessas questões).

O tema da concordância, tanto do ponto de vista científico do descritor da língua quanto do prisma didático, vem há muito tempo despertando o interesse de estudiosos, com as mais variadas abordagens teóricas. Há quase um século, por exemplo, em 1916, Carlos Góis consagra-lhe um volume de mais de duzentas páginas, intitulado *Sintaxe de concordância* – cf. GÓIS, 1958 (cito pela 12.^a edição).

Apesar do seu objetivo pedagógico – de tirar dúvidas do leitor para fins práticos de uso da língua – o livro de Carlos Góis contém passagens que discutem aspectos polêmicos da questão, num tom às vezes típico do domínio discursivo científico, o que provavelmente amedrontaria e afugentaria o leitor leigo. Tal dualidade de objetivos se explica pelo fato de que nessa época não havia cursos universitários de letras e lingüística e que, compreensivelmente, um espírito teórico como o de Góis não resistiria à tentação de aprofundar o estudo do assunto. O resultado foi que o público-alvo não ficou claramente definido, o que não impediu o livro de ser várias vezes reeditado.

A própria extensão da obra (240 páginas na edição de 1958) talvez contribuísse para passar ao leitor um sentimento de impotência diante do idioma. Se para um único tema da gramática é necessária a leitura – nem sempre fácil – de tal volume, a língua portuguesa é então muito difícil. O propósito didático do livro é, no entanto, explicitado no elogio que Mário Barreto lhe faz, de que “preenche de modo excelente o seu fim pedagógico” – BARRETO, apud GÓIS, 1958, p. 5.

O tema é muito amplo, abarcando inúmeros subtemas, sobre muitos dos quais – por limitações de tempo e de espaço – não se pretende falar aqui. Não se tratará, por exemplo: (1) da construção com o “se” indeterminador do agente, do tipo “vendem-se casas”, “publicaram-se os poemas”, “divulgaram-se as notícias” etc.; (2) do flexionamento do infinitivo; (3) da construção com verbos impessoais – *chover*, *trovejar*, *haver* (no sentido de “existir” ou de “tempo transcorrido”), *fazer* (significando “tempo transcorrido”) etc.; (4) da concordância transfrástrica, isto é, da que se dá, como mecanismo coesivo, entre palavras de frases diferentes; (5) da concordância dos tempos verbais ou *consecutio temporum*.

Daí a “modéstia” do título, que se limita a prometer “algumas sugestões”.

2. Como “descaotizar” o estudo de concordância

É parte importante do processo de ensino-aprendizagem a tarefa de selecionar noções. Estudar é em grande parte a arte de definir prioridades. Visando a um enxugamento do conteúdo de concordância, convém: (1) evitar regras pouco úteis à produção textual, ou por descreverem aspectos da língua que o aluno já domina, ou pela baixa probabilidade de se fazerem necessárias; (2) juntar duas ou mais regras específicas numa só regra abrangente.

Exemplo de (1) – seleção de noções evitando a descrição de aspectos que o aluno já domina

Exemplifiquemos com a concordância nominal: não costumam existir dúvidas, nesse tipo de concordância, quando **um único adjetivo** acompanha **um único substantivo**, como em *casa branca, pano amarelo, carro estrangeiro* etc. Nenhum falante de português diria algo como *casa branco, pano amarela, carro estrangeiros* etc. Também não ocorrem dúvidas com **dois adjetivos** e **um substantivo**. Exemplos: *lindo bebê louro, linda menina loura, lindos bebês louros* etc.

A dívida está nos casos de **um único adjetivo** com **mais de um substantivo**, como em “*Encontrei **mortos**, perto da ponte, **um burro** e **uma vaca***”. É, portanto, neste caso que deve recair a ênfase do professor. O contrário seria exercitar habilidades que o aluno já tem.

Exemplo de (1) – seleção de noções (evitando regras desnecessárias)

Um exemplo de regra pouco útil é o do sujeito constituído de pronomes coordenados entre si, principalmente quando envolve a segunda pessoa, como em “*tu e ele saístes*”. Um brasileiro pode passar anos produzindo textos – e de boa qualidade – sem fazer uso da segunda pessoa, sobretudo da do plural. Um critério objetivo para avaliar a utilidade das regras é observar em quais os alunos têm mais dificuldade quando produzem textos, ou seja, em selecionarmos noções com base em nosso convívio com textos produzidos por eles.

Exemplo de (2) – fusão de duas ou mais regras numa única

Observemos as regras abaixo:

REGRA 1 = A concordância é facultativa quando o sujeito é constituído de expressão partitiva (*parte de, a maior parte de, grande parte de, grande número de, uma porção de, grande quantidade de, metade de, o grosso de, a maioria de* etc.) seguida de um plural (cf. BACCEGA, 1986, p. 46). Exemplo: *Parte dos livros desapareceu* (ou *desapareceram*).

REGRA 2 = A concordância é facultativa quando o sujeito é formado por um coletivo inespecífico seguido de “de” mais um plural – *uma nuvem de gafanhotos, um bando de pardais, uma multidão de repórteres, uma junta de médicos (de bois, etc.), um grupo de pessoas (de artistas, de estudantes* etc.) – cf. BACCEGA, 1986, p. 46-47. Exemplo: *Uma multidão de repórteres esperava em frente à casa do artista* (ou *esperavam*).

REGRA 1 + REGRA 2 = Rocha Lima funde essas duas regras numa única, postulando que “se a um nome ou pronome no plural antepomos uma expressão quan-

titativa como *grande número de*, *grande quantidade de*, *parte de*, *grande parte de*, *a maior parte de*, e equivalentes, o verbo fica no singular ou no plural [ou seja, a concordância é facultativa]” (cf. LIMA, 1999, p. 394). Entre os exemplos, o autor inclui “*a maioria de*” e “*uma nuvem de*”, sendo este último um dos coletivos inespecíficos da REGRA 2, o que demonstra que ele deu conta das duas regras com uma única.

O denominador comum entre as expressões partitivas da REGRA 1 e os coletivos inespecíficos da REGRA 2 é que em ambos os casos se trata de EXPRESSÕES QUANTITATIVAS INDEFINIDAS. A preocupação de juntar duas ou mais regras numa só está ligada ao PRINCÍPIO DA ECONOMIA DESCRITIVA, importante aliado de quem descreve línguas, não só com fim científico, mas também com propósito didático.

Deve-se, pois, dentro do possível, buscar uma formulação mais econômica para as regras. É claro que há situações em que o “casuismo” é necessário. Em linguística teórica, quanto menos abrangente é uma regra, menos valorizada ela é. Evitam-se as regras de baixa abrangência, chamadas “regras *ad hoc*” (ao pé da letra, regras “para isso”).

Na descrição pedagógica, todavia, embora também se deva em princípio evitar regras *ad hoc*, há situações em que elas são necessárias. No estudo de concordância verbal, é inevitável tratar de casos especiais, como as construções com “*um e outro*”, “*nem um, nem outro*”, “*mais de um*”, “*tanto...como*”, “*não só...mas também*”, “*cerca de*”, “*mais de*”, “*menos de*”, bem como do problema das porcentagens, dos “sujeitos resumidos”, dos “sujeitos unidos por “*com*”, “*nem*” e “*ou*”, da locução “*é que*” etc. Na concordância nominal, por sua vez, não se pode deixar de falar do emprego de “*anexo*”, “*mesmo*”, “*próprio*”, “*menos*”, “*possível*” (“*idades as mais interessantes possíveis*”, “*idades a mais interessantes possível*”), “*meio*” (“*meio estranha*”, “*meio esquisita*”, “*meio-dia e meia*” etc.).

Um trabalho bastante completo, para o esclarecimento de dúvidas desse tipo, é o de Manoel Pinto Ribeiro – cf. RIBEIRO, 2006, p. 248-267 e 272-278.

3. Categorias de temas gramaticais do ponto de vista didático-linguístico

No ensino da gramática existem diferentes tarefas. Há aspectos em que é possível operar com a dicotomia FORMAL *versus* COLOQUIAL (ou FORMAL *versus* INFORMAL) e outros em que não. Esse procedimento é válido, por exemplo, no ensino de regência verbal e nominal, de colocação de pronomes oblíquos, de emprego dos pronomes de tratamento (com a famosa prescrição de não os “misturar”) etc.

Pode-se orientar o aluno no sentido de empregar, na conversação do dia a dia, “*assistir um jogo*”, “*me parece*”, “*você esqueceu o que eu te disse*” etc., usando, porém, nos gêneros textuais em que o registro formal é necessário, “*assistir a um jogo*”, “*parece-me*” e “*você esqueceu o que eu lhe disse*”. Há, contudo, temas, como ortografia e pontuação, que requerem um tratamento mais rígido. Não é verdade que *cebola* seja com “*c*” numa carta comercial ou num relatório técnico e com “*s*” num *e-mail* enviado a um colega. No que se refere à ortografia, por sua natureza mais arti-

ficial que a dos demais “capítulos” da gramática, não faz sentido falar em registros.

O mesmo se pode dizer das regras de pontuação, que, embora não tenham sido estabelecidas por lei, como as da ortografia, também se limitam ao uso escrito e não admitem registros. O que se passa com a pontuação é que as regras formuladas pelas gramáticas se referem de forma mais típica a textos em prosa, sobretudo os não literários, relativizando-se, em maior ou menor grau, na publicidade, na poesia e na prosa ficcional. Um exemplo extremo de pontuação “alternativa” em textos ficcionais é a obra de José Saramago. O “redução” das regras de pontuação é, pois, a prosa formal não literária. No ensino de pontuação e no de ortografia, portanto, não faz sentido falar em registros.

Quanto ao ensino de concordância – objeto do presente artigo – é um caso à parte, ora podendo receber um tratamento tão rígido (ou quase) quanto ortografia e pontuação, ora requerendo a sensibilização do aluno para regras que, embora conhecendo, ele às vezes não aplica.

Esse tipo de erro em que o usuário da língua se equivoca na aplicação de regras que conhece denomina-se FALHA DE DESEMPENHO. A tarefa do professor, neste caso, não é propriamente acrescentar noções novas ao conhecimento linguístico do estudante, e sim sensibilizá-lo para o fenômeno, ajudando-o a evitar tais distrações.

Fazendo abstração de diferenças dialetais e de detalhes muito específicos que dependem de uma aprendizagem artificial, por meio do estudo (como o da concordância com porcentagens, por exemplo), tudo leva a crer que o aluno, ao ingressar na escola, já tenha internalizado, por ser falante da língua, as regras básicas de concordância verbal e nominal (a saber, a de que o verbo concorda com o núcleo do sujeito em número e pessoa e a de que os adjetivos e determinantes do substantivo concordam com ele e gênero e número), encontrando, porém, dificuldade para aplicá-las em contextos menos “transparentes”, como nos casos em que o verbo fica distante do sujeito, em que o sujeito fica posposto ao verbo, em que o sujeito é muito longo, em que há um só adjetivo para mais de um substantivo (na concordância nominal) etc.

A abordagem baseada no binômio formal/informal não é adequada ao estudo da concordância. O erro de concordância tende a se enquadrar no que denomino (em OLIVEIRA, 1999) INCORREÇÃO EM TERMOS ABSOLUTOS. Pela mesma razão por que não se pode afirmar que *cebola* seja com “c” no registro formal e com “s” no informal, também não é possível classificar “*houve problemas*” como formal e “*houveram problemas*”, como informal. A pluralização do verbo *haver*, no sentido de “existir”, é incorreta seja em que gênero textual for.

Mesmo um caso como “*hoje é 20 de junho*”, por oposição a “*hoje são 20 de junho*”, não está na mesma situação dos pares de coloquial *versus* formal mencionados acima: “*hoje é 20 de junho*” é mais estigmatizado que os membros coloquiais desses pares.

4. O fenômeno da falha de desempenho e a concordância com o núcleo do sujeito

A regra básica de concordância verbal, como vimos, é a que determina que o verbo concorde com o núcleo do sujeito. Exemplo: “o filho dos alemães saiu”, mas “os filhos do alemão sairam”. Porém, o aluno tende (apesar de, consciente ou inconscientemente, conhecê-la), a não conseguir aplicá-la nos contextos problemáticos descritos acima, nos quais se torna menos óbvia a identificação do sujeito ou do seu do núcleo. Isso fica evidente, às vezes, em textos produzidos em situação escolar.

As frases a seguir, colhidas em textos de calouros universitários, são exemplos disso: (1) “Uma simples antena parabólica dotada de receptores sensíveis poderiam [por poderia] detectar emissões vindas do espaço”. (2) “Como diz [por dizem] os astrônomos, um contacto com extraterrestres é teoricamente possível”. O fato de o sujeito de (1) ser longo e o de (2) estar posposto ao verbo tornou pouco transparentes as estruturas dessas frases, dificultando a aplicação da regra.

Como, ao que tudo indica, o aluno conhece intuitivamente a regra infringida, o objetivo a atingir não é, como vimos, a aquisição do conhecimento da regra como noção nova, e sim a sensibilização do aluno para com o fenômeno. A tarefa é levá-lo a aplicar uma regra que já conhece, mas que às vezes descumpre por distração. Trata-se mais de treinar-lhe o olhar para identificar – e evitar – essa categoria de incorreção, o que pode ser feito por meio de exercícios em que o ele tenha de identificar o núcleo do sujeito, concordando com ele o verbo, em frases (que podem ser colhidas em textos produzidos pela turma), nas quais essa identificação não seja óbvia

Um breve exemplo disso, a título de ilustração:

Em cada um dos itens abaixo, sublinhe o núcleo do sujeito e preencha a lacuna com uma das alternativas do parêntese.

A. *O elevado preço dos produtos no Carnaval a população (assusta, assustam).*

B. *O jovem apresenta-se numa fase de mutações, por isso novas estratégias de adaptação ao ambiente (busca, buscam).*

C. *Talvez as medidas destinadas a expandir o mercado da nossa firma não de sonho (passasse, passassem).*

D. *As visitas a lugares históricos aos turistas ampliar sua cultura geral (permite, permitem).*

5. Conceito de núcleo

O sujeito é um termo de valor substantivo. Isso quer dizer que ele pode ser um substantivo propriamente dito ou uma expressão de valor substantivo, o que implica que seu núcleo será um substantivo, um pronome pessoal, demonstrativo, relativo etc. de função substantiva ou um numeral substantivo (sobre numerais, ver detalhes mais abaixo).

É bom lembrar também que, quando temos substantivos ou expressões de valor substantivo (SINTAGMAS NOMINAIS) ligados por uma preposição, o NÚCLEO é sempre o primeiro substantivo ou expressão substantiva, sem exceção. Por exemplo: Os núcleos dos sintagmas *a capa do livro*, *esta blusa amarela da Tatiana*, *um livro famoso de Machado*, *indivíduo sem escrúpulos*, *café com leite* e *roseiras em flor* são, respectivamente, *capa*, *blusa*, *livro*, *indivíduo*, *café* e *roseiras*.

6. Recursividade

Convencionemos que “SN” = “sintagma nominal” e que “**prep.**” = “preposição”.

Quando temos uma sequência do tipo **SN₁ prep. SN₂ prep. SN₃ prep. SN₄ etc.** (exemplo: *o filho da cunhada do chefe, a porta da sala de aula, o neto da prima do vizinho do Jorge* etc.), o núcleo do primeiro SN funciona como núcleo da expressão toda. A regra de que o núcleo de uma sequência de dois SNs ligados por preposição é o do primeiro SN pode ser aplicada por etapas. Tomemos como exemplo a última das três sequências acima – *o neto da prima do vizinho do Jorge*. O núcleo de *o vizinho do Jorge* é *vizinho*, o de *a prima do vizinho do Jorge* é *prima* e o de *o neto da prima do vizinho do Jorge* é *neto*, ou seja, teoricamente, numa sequência como **SN₁ prep. SN₂ prep. SN₃ prep. ... SN_n**, a regra se aplica do sintagma menor para o maior, isto é, de **SN_n** até **SN₁**, pela ordem. Isso está ligado ao fenômeno da RECURSIVIDADE, que consiste em a mesma regra poder ser aplicada *ad infinitum*.

Isso, no entanto, seria uma descrição sintática de fins científicos. Na descrição pedagógica, basta dizer que em tais casos prevalecerá o núcleo da primeira “expressão” (ou do primeiro “sintagma”, se o professor quiser operar com esse conceito).

7. Núcleo sintático e núcleo semântico

Observando-se os comentários a seguir, entende-se por que prevalece, como núcleo, o primeiro elemento, nos casos de SNs ligados por preposição: (1) “a maçaneta da porta” é uma maçaneta, e não uma porta; (2) “o ponteiro do relógio” é um ponteiro, e não um relógio; (3) “roseiras em flor” são roseiras, e não flores. Na verdade, o elemento semanticamente mais importante, nesses casos, é o primeiro, daí ser ele o núcleo.

Há, no entanto, casos em que o primeiro elemento – que a partir de agora passarei a denominar NÚCLEO SINTÁTICO – não é a palavra semanticamente mais importante do sintagma, como ocorre em “*parte das garotas*”, que não é uma parte;

são garotas. É o caso também de “*grande número de clientes*”, que não é um número, e sim clientes; de “*uma porção de jogadores*”, que não é uma porção, e sim jogadores. E assim por diante. Senti então necessidade de propor uma dicotomia entre NÚCLEO SINTÁTICO e NÚCLEO SEMÂNTICO. Em “*parte das garotas*” o NÚCLEO SINTÁTICO é “*parte*” e o NÚCLEO SEMÂNTICO é “*garotas*”. Também nos outros dois exemplos, o NÚCLEO SINTÁTICO é o do primeiro constituinte e o NÚCLEO SEMÂNTICO é o do segundo.

A facultatividade da concordância nas expressões quantitativas deve-se justamente a essa dualidade de núcleos. Fazendo a concordância do verbo com o núcleo sintático, obtemos “*Parte das garotas saiu*” e fazendo-a com o núcleo semântico, obtemos “*Parte das garotas saíram*”. Como o núcleo propriamente dito é o sintático, a CONCORDÂNCIA REGULAR é a que se faz com ele. A outra, embora também admissível, é, contudo, IRREGULAR.

Convém lembrar ainda: (1) que o normal é os dois núcleos coincidirem, como nas expressões “*maçaneta da porta*”, “*ponteiro do relógio*” e “*roseiras em flor*”, há pouco analisadas – defasagem é uma exceção; (2) que essa defasagem é um dos inúmeros exemplos de como a morfossintaxe se relaciona com a semântica: idealmente haveria uma correspondência “perfeita” entre as duas, mas nas línguas naturais nem é verdade que essa equivalência seja biunívoca, nem que as duas não tenham nada a ver uma com a outra. Morfossintaxe e semântica tendem manter entre si uma “harmonia” relativa.

Um caso curioso de defasagem entre núcleo semântico e núcleo sintático é o que se observa quando se compara, por exemplo, “*Quebraram uma garrafa de vinho*” com “*Beberam uma garrafa de vinho*”. O substantivo *garrafa*, no primeiro exemplo, é núcleo sintático e semântico ao mesmo tempo, ao passo que no segundo, embora continue como núcleo sintático, o núcleo semântico passa a ser *vinho*, já que, embora seja possível quebrar garrafas, não é possível bebê-las; o que se bebe é o vinho (este exemplo me foi fornecido pelo Dr. Humberto Peixoto Menezes, em conversa que tivemos; fica aqui o agradecimento ao colega).

8. Concordância e porcentagem

Para abordar a questão da concordância com porcentagens, convém tratar primeiramente da classe dos numerais.

Observe-se o comportamento do numeral *quatro* nos exemplos a seguir: (a) *quatro é o dobro de dois*; (b) *comprei quatro pães*. Em (a) ele constitui sozinho um sintagma nominal, ou seja, tem valor substantivo, funcionando como núcleo desse sintagma. Em (b) ele faz parte no sintagma nominal *quatro pães*, cujo núcleo é *pães*, funcionando como DETERMINANTE desse núcleo, tendo, portanto, valor periférico na estrutura do sintagma. Em termos mais tradicionais, esse vocábulo seria “numeral substantivo” em (a) e “numeral adjetivo” em (b). Adotar-se-ão, contudo, no presente trabalho, os termos NUMERAL SUBSTANTIVO e NUMERAL DETERMINANTE. Por motivos cuja discussão não cabe aqui, “numeral adjetivo” não é uma boa denomi-

nação. A distinção entre essas duas categorias é importante na presente análise porque, se admitimos, como já se disse, que, na sequência **substantivo ou sintagma nominal + preposição + substantivo ou sintagma nominal**, o núcleo sintático é sempre o primeiro elemento, temos de ser capazes de identificá-lo, inclusive se ele for um numeral, o que se torna indispensável no estudo da concordância com percentagens.

Observemos os exemplos a seguir: (1) *Vinte por cento da turma compareceu*. (2) *Somente um por cento dos alunos não compareceram*.

O verbo, nesses exemplos, concorda com a expressão precedida pela preposição *de*. Há quem admita a concordância com o numeral que precede a expressão “*por cento*”, considerando construções desse tipo como facultativas. Teríamos então, além das formas acima, as que se seguem: (1’) *Vinte por cento da turma compareceram*. (2’) *Somente um por cento dos alunos não compareceu*.

Pesquisa de Peixoto Filho, no entanto, demonstra a preferência da mídia impressa brasileira pela construção em que o verbo concorda com a expressão precedida por *de, do, da* etc. (cf. PEIXOTO FILHO, 2001, p. 39) e os textos da mídia impressa são um bom termômetro da variedade formal culta atual da língua.

Assim sendo, é didaticamente preferível recomendar esta construção, a fim de economizar memória do aluno, dentro do espírito da seleção de noções. Ao invés de duas possibilidades, ele memorizaria apenas uma: a mais frequente no português formal real da atualidade.

Ainda um lembrete sobre concordância com percentagens: uma coisa é o sujeito “**X por cento de SN**” (*vinte por cento da turma, um por cento dos alunos...*) e outra é o que se restringe à fórmula “X por cento”, como em *vinte por cento compareceram, somente um por cento não compareceu*. Neste caso, o verbo, muito regularmente, concorda com o núcleo sintático do sujeito, que é o numeral.

Pode-se dizer, então, que, quando o sujeito equivale à fórmula “**X por cento de SN**”, a concordância se dá – preferencialmente – com o termo precedido por “*de*”. Em “*vinte por cento da turma*”, temos NUMERAL SUBSTANTIVO + PREPOSIÇÃO *por* + NUMERAL SUBSTANTIVO (*cento*) + PREPOSIÇÃO *de* + SN (*a turma*). Como, na sequência **SN₁ prep. SN₂ prep. SN₃ prep. ... SN_n**, prevalece o núcleo do primeiro elemento, conclui-se que nesse caso – fazendo abstração da concordância menos frequente – a concordância se faz com um elemento periférico (*turma*), e não com o núcleo (*vinte*).

Já quando a estrutura do sujeito é, pura e simplesmente “**X por cento**”, sem “**de SN**”, a concordância é regular, isto é, o verbo concorda com o núcleo do sujeito, que é o numeral: *um por cento compareceu, vinte por cento compareceram*.

Normalmente, ainda segundo Peixoto Filho, há, na linguagem jornalística, uma preferência pela concordância regular (com o núcleo sintático), sendo as percentagens um caso atípico. Diante das construções “*parte das garotas saiu*” e “*parte das garotas saíram*”, a mídia impressa, segundo ele, dá preferência à primeira.

9. Um pouco de concordância nominal

Na concordância nominal, como vimos, é nas construções com **um adjetivo para mais de um substantivo** que o falante tende a hesitar. Examinemos esse caso, retomando os exemplos dados e acrescentando mais alguns:

(1a) *Encontrei **mortos**, perto da ponte, **um burro** e **uma vaca*** (concordância regular).

(1b) *Encontrei **morto**, perto da ponte, **um burro** e **uma vaca*** (concordância “atrativa”).

(2a) *Encontrei **mortas**, perto da ponte, **uma cabra** e **uma vaca***. (concordância regular).

(2b) *Encontrei **morta**, perto da ponte, **uma cabra** e **uma vaca*** (concordância “atrativa”).

(3a) *Encontrei **mortos**, perto da ponte, **uma vaca** e **um burro*** (concordância regular).

(3b) *Encontrei **morta**, perto da ponte, **uma vaca** e **um burro*** (concordância “atrativa”).

(4a) *Encontrei **mortos**, perto da ponte, **um boi** e **um burro*** (concordância regular).

(4b) *Encontrei **morto**, perto da ponte, **um boi** e **um burro*** (concordância “atrativa”).

(5a) *Encontrei, perto da ponte, **um burro** e **uma vaca mortos*** (concordância com os dois substantivos).

(5b) *Encontrei, perto da ponte, **um burro** e **uma vaca morta*** (concordância com “vaca”).

Em (1a), nota-se que o adjetivo ficou no masculino plural (**mortos**). Isso se explica pelo fato de que esse adjetivo não se refere a “**um burro**” nem a “**uma vaca**”, e sim à sequência “**um burro e uma vaca**”. O fato de elementos ligados por “e” terem sempre valor de plural explica a pluralização do adjetivo. E o gênero masculino se explica pelo fato de palavras ou expressões de gêneros diferentes funcionarem como masculino.

Quando se tem um adjetivo para mais de um substantivo, a concordância regular consiste em pluralizar o adjetivo, flexionando-o no gênero comum aos substantivos, e colocando-o no masculino, se os gêneros forem diferentes. Quanto à concordância atrativa, consiste em concordar o adjetivo com o substantivo mais próximo.

Em (2a) e (2b) ambos os substantivos são femininos, o que implica duas possibilidades: feminino plural e feminino singular; (3a) e (3b) têm os mesmos substantivos de (1a) e (1b), porém com o feminino em primeiro lugar, resultando em uma construção com o masculino plural e outra (concordância atrativa) com o feminino singular; em (4a) e (4b) ambos os substantivos são masculinos, logo o adjetivo pode ficar no masculino plural ou no masculino singular; (5a) e (5b), que são um caso à parte, serão analisados mais abaixo.

A predominância do masculino quando os gêneros são diferentes deve-se ao

fato de ser ele o MEMBRO NÃO MARCADO DO PAR OPOSITIVO MASCULINO/FEMININO – cf. PERINI, 2008, p.128-130. Aqui, porém, vamos denominá-lo, numa nomenclatura mais descontraída, “CURINGA” DOS GÊNEROS

Como digo em outro trabalho, “a justificativa racional de uma regra [seja com nomenclatura científica, seja com linguagem didática] é talvez o melhor recurso mnemônico para a sua fixação” – cf. OLIVEIRA, 2005, p. 90. Em termos ainda menos técnicos: o melhor “macete” é a explicação racional, desde, é claro, que o aluno tenha condições para entendê-la. Nada contra os “macetes” de outra natureza, mas os melhores são os cientificamente fundamentados.

Também no caso em pauta, a opção regular é a mais frequente (a atrativa não é muito usada), donde se conclui, dentro da diretriz de selecionar noções (“enxugar” o assunto), que não vale a pena sobrecarregar a memória do aluno com o número gigantesco de casos facultativos das gramáticas, tanto na concordância verbal quanto na nominal. O melhor a fazer é optar pela concordância regular, tanto neste caso como em outros, a não ser numa construção como a das porcentagens, em que o mais frequente é a concordância irregular, o que é raro.

Voltemos a (5a) e (5b):

(5a) *Encontrei, perto da ponte, um burro e uma vaca mortos* (concordância com os dois substantivos).

(5b) *Encontrei, perto da ponte, um burro e uma vaca morta* (concordância com “vaca”).

Convencionando-se que SUBSTANTIVO = “S” e ADJETIVO = “A”, podemos dizer que só é possível a concordância atrativa (sem alteração do sentido da frase) quando a ordem é ASS, como nos quatro primeiros pares acima. Já quando temos SSA, embora não seja incorreto concordar o A com o S mais próximo, o sentido se altera e o ATRIBUTO (ou seja, a qualidade, estado ou característica) que o adjetivo expressa, passa a referir-se somente ao último substantivo, como acontece em (5b).

10. Os “curingas” da gramática

A predominância do masculino com substantivos de gêneros diferentes não ocorre apenas no caso estudado acima. A regra é mais ampla. Nos contextos em que possa haver dúvida quanto ao gênero, predomina o masculino. Isso evita hesitação. E mais: não se trata de um preceito exclusivo da gramática escolar. Nossa própria gramática mental como que nos protege contra hesitações, estabelecendo “curingas” para os casos em que poderia haver dúvida.

Se passa por nós um animal felino doméstico que sabemos ser um macho, referimo-nos a ele como “gato”. Se sabemos que é uma fêmea, empregamos a forma “gata”. E, se temos dúvida quanto ao sexo do animal, dizemos que vimos um “gato”. Dirigindo-se tanto a uma turma onde só haja rapazes, quanto a uma em que haja estudantes de ambos os sexos, mesmo que com predominância de garotas, o professor usará expressões como “*todos vocês*”, “*vocês são alunos da turma X*”, “*quero que vocês sejam aprovados*” etc. Ele só empregaria “*todas*”, “*alunas*” e “*aprovados*” numa

turma inteiramente feminina.

Pode-se até discutir se a regra é ou não “machista”, o que já entraria no domínio das ciências sociais, mas o fato é que se trata de um princípio de grande utilidade. Qualquer que seja o “curinga” dos gêneros, ou seja, o GÊNERO NÃO MARCADO, o fato é que há necessidade de um curinga.

E não é só com a categoria de gênero que esse fenômeno ocorre. O curinga dos **gêneros** é o **masculino**, o dos **números** é o **singular**, o dos **tempos** é o **presente**, o dos **modos** é o **indicativo**, o das **pessoas** é a **terceira**, o das **vozes** é a **ativa** e o do **par aspectual pontual/durativo** é o **durativo**.

Alguns exemplos:

A. Na chamada “oração sem sujeito”, uma vez que o verbo teria de concordar com o núcleo de um sujeito que não existe, ele vai para a pessoa curinga, que é a terceira, no número curinga, que é o singular, daí a obrigatoriedade da terceira pessoa do singular em frases como “*há três pessoas na sala*”, “*faz dois dias que não a vejo*”, “*está frio*”, “*fez calor ontem*”, “*choveu no domingo*”, “*ventou demais*” etc.

Isso é, inclusive, um argumento para não se interpretar como sem sujeito a construção “*São duas horas*”. Cláudio Cêsar Henriques, em *Sintaxe: estudos da frase para o texto*, apresenta argumentos sincrônicos e diacrônicos em favor da interpretação de “*duas horas*” como sujeito – cf. HENRIQUES, 2008, p. 36.

B. Quando fazemos generalizações e nos referimos a fatos até certo ponto “eternos”, usamos o presente, que é o tempo não marcado. Por exemplo: “*O dobro de três é seis*”, “*A Lua gira em torno da Terra*”, “*Água mole em pedra dura tanto bate até que fura*”.

C. Quando o sujeito de um verbo é uma oração, esta leva para o masculino os adjetivos a ela referentes. O sujeito da frase “*É bom fazer isso*”, por exemplo, é a oração “*fazer isso*”. Como orações não têm gênero, o adjetivo “*bom*” fica no gênero não marcado. O interessante é que em línguas em que há o gênero neutro, o curinga é o neutro. Traduzindo essa frase para o latim, obtém-se “*Hoc facere bonum est*”, com a forma neutra do adjetivo.

D. Em francês e em inglês, como o sujeito tem de ser explícito, mesmo com verbos “meteorológicos”, usa-se em tais casos um pronome semanticamente vazio: “*It is raining*”, “*Il pleut*” (“*Está chovendo*”). O interessante é que “*il*” é neutro, porque há três gêneros em inglês, e “*il*” é masculino, porque em francês só existe masculino e feminino.

A TEORIA DOS CURINGAS, portanto, vai muito além dos limites da língua portuguesa.

11. Pseudoconcordância entre substantivos ligados por preposição

Ocorrem com frequência, em textos de alunos, construções como “*meios de transportes*”, “*documentos em anexos*”, “*problemas em gerais*”, “*trabalhadores sem terras*” etc., com a concordância (incorreta) entre substantivos ligados por preposição. A regra infringida, nesse caso, pode ser formulada da seguinte maneira: **Não existe**

concordância entre substantivos ligados por preposição.

Na verdade, trata-se de uma antirregra, uma vez que ela define o que não ocorre no português, e não o que ocorre, mas aproveito a oportunidade para dizer que numa descrição pedagógica da língua as antirregras são muitas vezes necessárias. Essa, contudo, requer um esclarecimento, para evitar que o aluno se confunda com casos como “*os desenhos das casas*”, com dois substantivos no plural, ligados por preposição, o que poderia parecer um caso de concordância.

A palavra “*casas*”, no entanto, não está no plural para concordar com “*desenhos*”, e sim para significar “quantidade maior que um”. A expressão “*os desenhos das casas*” refere-se a mais de um desenho de mais de uma casa; “*o desenho das casas*” significa um único desenho para várias casas e “*os desenhos da casa*” refere-se a vários desenhos da mesma casa. Não foi, portanto, o plural de “*desenhos*” que motivou o de “*casas*”. Cabe ao professor informar ao estudante que, em construções desse tipo, quando os substantivos aparentemente concordam, se trata de coincidência, e não de concordância, e que ambos os plurais têm a função de significar “quantidade maior que um”.

Informar também que há dois tipos de desinência de plural: um que visa exclusivamente a exprimir a noção de “quantidade maior que um” e outro que a exprime também, mas de forma redundante, como consequência do processo da concordância. Por exemplo: em “*canetas vermelhas*”, o “*s*” final de “*canetas*” é do primeiro tipo e o de “*vermelhas*” é do segundo. Na verdade, o plural do adjetivo é sempre gerado pela concordância. É por isso que se diz que é o adjetivo que concorda com o substantivo, e não o contrário.

Pois bem, o morfema de plural de “*casas*”, em “*os desenhos das casas*” é do primeiro tipo e o de “*transportes*”, em “*meios de transportes*”, caso essa construção existisse, seria do segundo. A operação mental que o aluno faz ao pluralizar “*transportes*”, nessa expressão, é uma aplicação incorreta da regra de concordância nominal, motivada pela intenção de escrever corretamente (hipercorreção).

Volto a dizer que o melhor recurso mnemônico é a explicação racional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACCEGA, Maria Aparecida. *Concordância verbal*. São Paulo: Ática, 1986.
- GÓIS, Carlos. *Sintaxe de concordância*. 12. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1958. [A primeira edição é de 1916.]
- HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Sintaxe: estudos da frase para o texto*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1999.
- OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. Como e quando interferir no comportamento linguístico do aluno. In: JÚDICE, Norimar, GAVAZZI, Sigrid; TROUCHE, Lygia; MONNERAT, Rosane; BITTENCOURT, Terezinha. (Orgs.) *Português em debate* .

Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999. p. 65-82.

_____. *Como tornar as teorias sobre a linguagem aplicáveis ao ensino do português. Cadernos do CNLF*. [Rio de Janeiro], IX (17): 81-95. ago. 2005. <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/17/10.htm>.

PEIXOTO FILHO, Fernando Vieira. *Concordância verbal na gramática escolar*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

PERINI, Mário A. *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais*. São Paulo: Parábola, 2008.

RIBEIRO, Manoel Pinto. *Nova gramática aplicada da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Metáfora, 2006.